

## OS DESAFIOS DA AÇÃO DOCENTE NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DIFICULDADES PSICOPEDAGÓGICAS EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MACIÇO DE BATURITÉ

Márcio Fernandes de Souza <sup>1</sup>  
Maria Daniele Ferreira Nobre <sup>2</sup>  
Tainah da Silva Quirino <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente projeto busca apresentar uma construção sobre as observações da atual realidade da ação docente ligada à educação inclusiva em uma escola pública do maciço de Baturité. Através de diversas leituras de diferentes autores, bem como observações na presente instituição, entrevistas e diálogos, mostrar-se a verdadeira face do que chamamos de inclusão nesta escola pública e como age o professor frente a isso. Objetivando esclarecer as possíveis falhas e acertos no processo inclusivo de alunos com limitações psicopedagógicas, mostrando as dificuldades enfrentadas por educadores no trabalho com este público, bem como construir um documento que apresente a influência dessa prática nos indicadores educacionais da escola pesquisada. Este trabalho torna-se um importante apontamento, na observação e mostragem dessa realidade enfrentada pelas escolas do espaço citado, podendo refletir a mesma situação nos órgãos do sistema educacional do Ceará e do Brasil contemporâneo. Não é pretensão desse trabalho simplesmente mostrar culpados por eventuais problemas relacionados à inclusão e o trabalho do professor, mas refletir sobre estas situações, de forma crítica e inovadora, para que dentro das possibilidades haja uma sensibilização e conseqüentemente o fortalecimento integral dessas políticas públicas tão importantes à educação do Brasil. Compreendeu-se a partir dessa pesquisa, que há inúmeros desafios na prática docente, houveram inúmeros apontamentos como o não conhecimento acerca do assunto, além da falta de estrutura nas instituições de ensino público.

**Palavras-chave:** Inclusão, Dificuldades psicopedagógicas, Ensino, Ação docente, Escola.

### INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro vivencia atualmente inúmeros problemas na sua estrutura de ensino, acredita-se que essas falhas são caracterizadas por uma inclusão deficiente e por um trabalho docente sofrido frente a esta inclusão. A precariedade no atendimento às pessoas com deficiências nas escolas públicas causa preocupação quanto ao sistema educacional de maneira geral, confirmando-se que há uma disparidade entre as leis e a aplicação

<sup>1</sup> Graduado em Letras- Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e em administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB [arroz1205@gmail.com](mailto:arroz1205@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Química da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, [dnobre691@gmail.com](mailto:dnobre691@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Química da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, [tainah.moreno@gmail.com](mailto:tainah.moreno@gmail.com);

prática das mesmas. Além disso, dezenas de professores têm a sua ação prejudicada por não saber lidar com a situação ou pelo grande esforço que ela demanda.

Nossas escolas e o trabalho docente enfrentam sérias dificuldades no processo de efetivação de uma educação inclusiva de qualidade e cabe ao governo enquanto forte provedor de concretização dessa política pública ações sérias e urgentes, a fim de erradicar a então problemática. Desta forma, Martins (2017) afirma:

Ao admitir que os problemas enfrentados nos sistemas de ensino demonstram certo grau de ineficiência e ineficácia nas ações adotadas pelo governo no combate a exclusão social, evidencia-se a necessidade de enfrentar as práticas discriminatórias e a criação de meios para solucioná-las. Neste sentido, a Educação Inclusiva contrai função de destaque nas discussões acerca do papel da escola como mecanismo primordial para redução dos índices e da lógica da exclusão. (MARTINS, Elcimar., COSTA, Elisângela., ALMEIDA, Sinara., SILVA, Vinícius. 2017).

A educação efetivamente inclusiva é prática fundamental ao desenvolvimento da educação e da sociedade, ela surge como luz, a fim de iluminar os caminhos de muitos que viveram durante muitos anos à escuridão do conhecimento e da interação social, Martins (2017) aponta:

A educação inclusiva representa um modelo educacional alicerçado na concepção dos direitos humanos, que busca harmonizar os conceitos de igualdade e diferença como valores inseparáveis e que vem progredindo em relação à ideia de justiça social ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção de fatores de exclusão tanto na escola quanto fora dela. (MARTINS, Elcimar. COSTA, Elisângela., Sinara., SILVA, Vinícius. 2017)

É cabível registrar que mesmo com essas dificuldades o trabalho do educador tem que dar frutos, o sistema educacional, a rede de ensino e a sociedade cobram desses profissionais uma formação integral dos seus alunos para além da sala de aula, embora sua situação de trabalho não seja a mais favorável. Essa visão, é posta por Lucena (2011):

Dos professores são cobradas respostas para questões que extrapolam sua esfera de atuação, tais como as lacunas de formação e domínio de leitura e escrita acumuladas ao longo dos anos escolares dos alunos, entre outras questões sociais como a violência, a droga o desinteresse dos alunos pela escola, etc. (LIMA, Socorro Lucena. 2011).

A inclusão é o ato de incluir, permitir, favorecer e facilitar o acesso ao meio comum, desta forma entende-se que quando se trata do meio educacional inclusão é a ação que garante a perfeita integração do sujeito com a sala de aula em que está inserido. Esta situação macula a nossa educação pelo triste fato de separar os “normais” dos ditos “não normais” na sociedade e na escola, característica retrógrada de séculos anteriores. “Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se

confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais”. (GONÇALVES, Enicéia. 2006)

É de suma necessidade a existência de uma nova visão para com a educação inclusiva, política pública pautada no enriquecimento acadêmico, mas acima de tudo no engrandecimento humano e no respeito, desta forma teremos uma sociedade marcada pelos bons valores e pelo crescimento que tanto se almeja. As escolas de ensino médio de Baturité vêm ao longo dos anos desempenhando um trabalho hercúleo no que se refere a formação educacional, humana e profissional de milhares de jovens, inegavelmente muito já foi feito e se faz para uma formação eficaz e eficientes desses aprendizes, todavia, os educadores e demais profissionais destas instituições de ensino enfrentam inúmeras barreiras na execução do trabalho docente.

Percebe-se em muitos discentes, uma dificuldade fora do normal no ato de aprender, se comunicar, se concentrar, dentre outros, fazendo-nos crer que além de problemas socioculturais e familiares esses adolescentes podem enfrentar patologias neuropsicológicas, dificultando assim suas aprendizagens, a dos colegas e sem sombras de dúvidas o trabalho do professor. Portanto, o presente trabalho busca refletir sobre o trabalho docente, a educação inclusiva de alunos com dificuldades psicopedagógicas nas escolas de ensino médio do maciço de Baturité, buscando entender suas dificuldades, seus pontos fortes e em que essa situação contribui para o fortalecimento ou declínio dos seus indicadores educacionais.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo tem como pretensão inicial apresentar as principais dificuldades dos docentes da EEM Professor Milton Façanha Abreu, acerca da percepção se há ou não alunos com dificuldades psicopedagógicas e como estes profissionais atuam em relação a esse público, a presente instituição situa-se no município de Mulungu-Ceará no Maciço de Baturité. A metodologia utilizada consiste inicialmente com um estudo bibliográfico de obras/textos que possuam ligação com a temática, aplicação de um questionário com 5 (cinco) questões aos profissionais da educação que atuam na escola, posteriormente, houve a análise e discussões dos dados obtidos.

As indagações realizadas foram feitas de maneira sigilosa, e estão dispostas a seguir:

- 1- Você acha que algum dos seus alunos possui dificuldades psicopedagógicas?
- 2- Qual a maior dificuldade para repassar o conteúdo proposto para esse público?
- 3- Como você vê as ações do governo para coibir essa temática?
- 4- Como foi abordado a questão da inclusão no seu período de graduação?

5- Para você, o que é uma educação inclusiva e como você pode contribuir para uma educação igualitária e justa?

A pesquisa foi feita de maneira qualitativa e traz apontamentos desses profissionais que convivem diariamente com a subjetividade desses educandos, houve uma reflexão profunda nos discursos destes.

## DESENVOLVIMENTO

Nossas escolas e o trabalho docente enfrentam sérias dificuldades no processo de efetivação de uma educação inclusiva de qualidade e cabe ao governo enquanto forte provedor de concretização dessa política pública ações sérias e urgentes, a fim de erradicar a então problemática, como afirma Broglia (2006):

“A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, residem no fato de que, freqüentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar. Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria idéia de *inclusão* como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes.” (BROGLIA, Cristina. 2006).

A inclusão é fundamental à visão de uma escola que valoriza as diferenças e educa com respeito a todos, mas infelizmente nossas instituições ainda não consegue abranger de forma completa a esse público. Registra-se, porém, que atualmente e ao levarmos em consideração as décadas anteriores, mesmo insuficiente, o governo nunca investiu tanto em medidas inclusivas na educação, no entanto, mais que investimento de capital necessita-se de modificação de visão e erradicação de pensares arcaicos e preconceituosos. Nessa perspectiva Furtado 2006, afirma:

“O olhar inclusivo sobre as escolas especiais ou regulares, deve ser um olhar de mudanças e inquietações, que vem assinalar a necessidade de transformações no sistema educacional, no sentido de considerar as pessoas, suas histórias, concepções, percepções, crenças, experiências e trajetórias pessoais. Tanto os pais, que em sua maioria advêm de um nível sócio-econômico desfavorecido extremamente desrespeitados em seus direitos, quanto os professores, apresentaram em seus discursos severo descrédito no desenvolvimento e na aprendizagem dos deficientes múltiplos.” (FURTADO, Flávia. 2006)

O fortalecimento das políticas públicas visando a melhoria da educação é algo fundamental ao crescimento da nação e do cidadão, a respeito disso afirma Paulo Freire em Pedagogia da Autonomia: “[...] A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto ao seu *desmascaramento*.” (FREIRE, 2008).

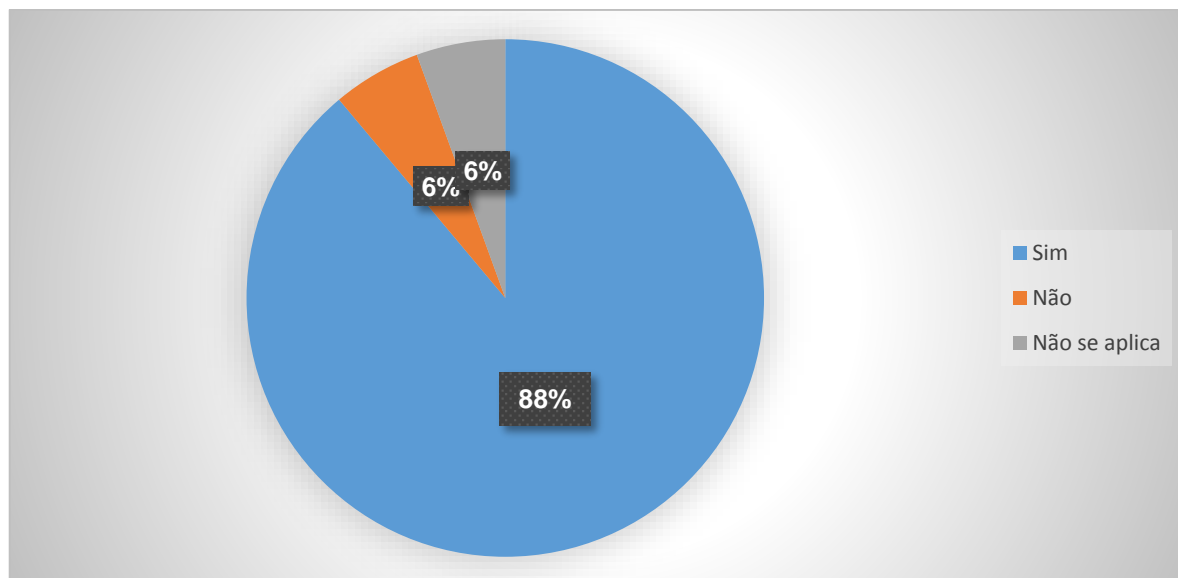
Por fim registra-se que o país passa por inúmeras dificuldades quando o assunto é inclusão escolar, principalmente daqueles que possui alguma dificuldade psicopedagógica, esse fato não é estranho nas escolas do alto maciço de Baturité, a ausência de políticas públicas inovadoras e que respeite a diversidade desses alunos complica mais ainda essa realidade lamentável.

Muitos profissionais, por não possuírem o conhecimento necessário para trabalhar com alunos que apresentam dificuldades psicopedagógica, acabam inconscientemente os excluindo em sala de aula por não terem uma formação específica para trabalhar com esse público. É de suma importância a aplicação desse trabalho, tendo em vista, que é preciso apresentar a comunidade quais desafios a escola encontra com essas novas patologias, como o trabalho docente ocorre e o como o profissional da educação comporta-se com esses desafios.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Inicialmente, foi aplicado um questionário simples e direto aos professores da EEM Professor Milton Façanha Abreu, situada em Mulungu-Ceará constando indagações de qual conhecimento eles possuíam acerca de dificuldades psicopedagógicas e quais alunos eles poderiam atrelar essas dificuldades. Os professores responderam de maneira sigilosa um questionário contendo 5 perguntas, na referida instituição possui 18 professores. A primeira indagação referia-se a percepção desses docentes quanto a presença de alunos com dificuldades psicopedagógicas em suas salas de aulas, o gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos.

**Gráfico 1: Percepção dos docentes quanto a presença de discentes com dificuldades psicopedagógicas em sala de aula.**



Fonte: Autor

Percebe-se através desses resultados que os profissionais dessa escola possuem a percepção que há discentes com tais dificuldades, embora haja um percentual considerável que a desconheça. Para Piaget (1990), o aluno é um sujeito que compara, exclui, ordena, categoriza, reformula, formula hipóteses, reorganiza, reconstrói e constrói, em ação interiorizada (pensamento), ou em ação efetiva, segundo seu nível de desenvolvimento. Desta forma, é importante que o professor em sala de aula possua a sensibilidade para perceber seus alunos com suas particularidades e subjetividades. A segunda pergunta trata-se de qual a maior dificuldade para repassar o conteúdo proposto para esse público? O professor W aponta:

*“Esses alunos possuem uma maior dificuldade para aprender determinados assuntos, a leitura e o cálculo são suas principais dificuldades e para nós professores é muito difícil fazer com que esses discentes acompanhem sua determinada turma, ou adaptamos este a aluno com essas dificuldades a turma, ou adapto a turma a esse aluno, é muito complicado.”*

É de vital importância que estes educadores tenham conhecimento dos distúrbios de aprendizagem para que possam fazer o diagnóstico correto e intervir da forma correta, tornando desta forma o aluno, um sujeito independente e auto-suficiente. O professor X, traz como reflexão que *“falta conhecimento dos profissionais da educação quanto essas patologias e é muito difícil atrelar isso em sala de aula, é mais um dos desafios que temos que contornar.”*

Assim, Gardner (1997), traz que não se deve trabalhar a educação especial isoladamente, pois assim, continuará a fortalecer a segregação. Existe a necessidade da interação do sistema educacional especial com o sistema regular de ensino, a fim de integrar todos os alunos sem exclusão, e retirar a educação especial do contexto paralelo da educação.

O terceiro apontamento, trazia a reflexão de qual visão estes profissionais tem quanto as ações governamentais para a diminuição da exclusão desses educandos. Em sua maioria, foi apontado que há leis, contudo, percebe-se que elas estão restritas ao papel. Seguindo as tendências internacionais a educação deu um grande passo no que se refere aos indivíduos que apresentam claramente, condições individuais que defrontam-se com as condições gerais da educação formal, principalmente no âmbito das formulações teóricas e da legislação (Fonseca da Silva; Bornelli 2008).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA- A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990). É notório que há inúmeras leis, mas sabe-se que a aplicação destas podem variar em determinadas situações e quando trata-se do ensino público, percebe-se que há maiores dificuldades como a falta de estrutura e, principalmente, a falta de formação desses profissionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 - LDB - traz que “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.”

A quarta pergunta referia-se a como foi abordado a questão da inclusão no período de graduação, o educador Y enfatiza:

*“Na verdade, no meu período de graduação em nenhum momento foi abordado a questão da inclusão, atrelo a isso a própria instituição a qual me formei e isso reflete diretamente na minha atuação em sala de aula, devido à dificuldade de ministrar aulas que possam alcançar esses alunos e de maneira geral, que eles compreendam como igual aos demais.”* Em sua totalidade, os profissionais responderam que não tiveram contato com o assunto de inclusão no seu processo formativo, eles buscaram como alternativa para conhecimento prévio pesquisas de modo geral, leituras e vídeos.

Na LDB, teve-se a regulamentação da formação dos professores com indicações para a sua formação inicial (Art. 62) e continuada (Arts. 1, 67, 80, 87) e, especificamente ao atendimento às pessoas com deficiência, ao indicar para a necessidade de "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns". (Art. 59).

A última pergunta deixou-se em aberto para que estes profissionais mencionassem o que para eles é uma educação inclusiva e o que como estes, podem contribuir para uma educação igualitária e justa. O educador Z, aponta: *“Educação inclusiva é uma forma de educar que atenda a todos os alunos, independente das suas limitações, sejam elas físicas ou intelectuais. Posso contribuir com uma educação igualitária e justa na medida que trato a todos com respeito as suas condições de aprendizagem.”* E o entrevistado K, conclui:

“A educação inclusiva é inserir o estudante nos mesmo espaços dos demais, transformando a escola tornando como base as necessidades dele. Acredito que há uma grande confusão quando falamos em inclusão, a maioria dos professores e gestores acredita que só abrindo vagas para esses estudantes sem que haja uma análise prévia do espaço já que é uma forma de inclusão, mas vai muito além disso. Como professora, posso buscar aprimorar meus conhecimentos com cursos e estudando métodos para que eu possa incluir meu aluno levando a mesma metodologia de ensino para todos os estudantes. “(Entrevistado K, 2019).

A inclusão é fundamental à visão de uma escola que valoriza as diferenças e educa com respeito a todos, mas infelizmente nossas instituições ainda não conseguem abranger de forma completa a esse público. Há muita esperança dos profissionais da educação, os professores tornam-se esperançosos por uma educação justa e igualitária que possa atender as demandas educacionais de todos os discentes dessa instituição de ensino. Há caminhos para alcançar a condição de direito para esses alunos, que em tese lhes é garantido por lei.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se através dessa pesquisa que os profissionais ainda não possuem um conhecimento aprofundado acerca dos desafios do ambiente escolar, a graduação, muitas vezes, é voltada apenas para o repassar de conhecimento específico e não trazem a percepção da inclusão, é no espaço dos ambiente escolar que temos visto confirmar-se, que as diferenças podem ser somadas, quando há um desejo comum e sincero associado ao esforço de cada um. É necessário que haja uma maior sensibilidade desses profissionais e também dos órgãos competentes para capacitar esses professores, permitindo-os o conhecimento para lidar com um quantitativo mais amplo de educandos. Além disso, é válido ressaltar que necessita-se de melhores condições de trabalho, salários mais justos e uma formação continuada, dar a esses profissionais o mínimo para executar um trabalho de qualidade. É preciso haver coragem para se aventurar em busca de transformar-se a si próprio, ao modo como se vê e ao modo como vê-se o outro.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA \_ Estatuto da Criança e do Adolescente.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**. Editora: Paz e Terra, São Paulo, 2008.

FONSECA da SILVA, Maria Cristina da Rosa (coord). BORNELLI, Margarete Cascaes. **III Jornada de Pesquisa do CEART**. 17º Seminário de iniciação Científica da Udesc. Florianópolis. Out/2007.

GARDNER, Howard. As Artes e o Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: O Que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes Sobre Esta Experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LDB – Lei n.º 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, 1996.

LIMA, M. S. L. **Qual o lugar da Didática no trabalho do professor?** v.3, n.5, jan.- jun. 2011

MARTINS, Elcimar., COSTA, Elisângela., ALMEIDA, Sinara., SILVA, Vinícius. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: Estudo de caso no Município de Aracoiaba-Ce**. Rev. Triang. Uberaba, MG v.10 n.2 p.142-162 Jul.-Dez.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SILVEIRA, Flávia Furtado e NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. **Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Jan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 079-088